

Desfazendo a equação ética moderna: a radicalidade do gesto poético-matemático-filosófico de Denise Ferreira da Silva

Undoing the modern ethical equation: the radicality of Denise Ferreira da Silva's poetic-mathematical-philosophical gesture

Deshaciendo la ecuación ética moderna: la radicalidad del gesto poético-matemático-filosófico de Denise Ferreira da Silva

Lindomberto Ferreira Alves¹  

Maria dos Remédios de Brito²  

RESUMO

O ensaio analisa como o livro *A Dívida Impagável* (2019), de Denise Ferreira da Silva, mobiliza equações poético-matemático-filosóficas para tensionar os pilares ontoepistêmicos da modernidade – separabilidade, determinabilidade e sequencialidade – que sustentam tanto o cálculo racional quanto as tecnologias de racialização. Ao explorar operações como “corpo negro = valor + excesso”, “1 (vida) ÷ 0 (negritude) = $\infty - \infty$ ou ∞/∞ ”, e imagens quânticas de não-localidade e emaranhamento, Denise transforma a linguagem matemática em gesto ético, estético e político capaz de expor o colapso do mundo ordenado e sugerir outras formas de existência. Suas equações não ilustram teorias científicas; performam, antes, uma desmontagem do regime moderno de representação, abrindo espaço para o que a autora chama de Mundo Implicado ou *Corpus Infinitum*. Assim, o ensaio evidencia como a matemática, reinventada poeticamente, torna-se via crítica e imaginativa para pensar o mundo outramente..

Palavras-chave: Arte; Matemática; Denise Ferreira da Silva; Negritude; Mundo Implicado.

ABSTRACT

The essay examines how Denise Ferreira da Silva's *A dívida impagável* (2019) mobilizes poetic-mathematical-philosophical equations to unsettle the onto-epistemic pillars of modernity – separability, determinability, and sequentiality – which sustain both rational calculation and racializing technologies. By exploring operations such as “black body = value + excess”, “1 (life) ÷ 0 (blackness) = $\infty - \infty$ or ∞/∞ ”, and quantum images of nonlocality and entanglement, Denise transforms mathematical language into an ethical, aesthetic, and political gesture capable of exposing the collapse of the ordered world and suggesting other modes of existence. Her equations do not illustrate scientific theories; rather, they perform a dismantling of the modern regime of representation, opening space for what the author calls the Implicated World or *Corpus Infinitum*. Thus, the essay shows how mathematics, poetically reinvented, becomes a critical and imaginative pathway for thinking the world otherwise. .

Keywords: Art; Mathematics; Denise Ferreira da Silva; Blackness; Implicated World.

RESUMEN

El ensayo analiza cómo el libro *A dívida impagável* (2019), de Denise Ferreira da Silva, moviliza ecuaciones poético-matemático-filosóficas para tensionar los pilares ontoepistémicos de la modernidad – separabilidad, determinabilidad y secuencialidad – que sostienen tanto el cálculo racional como las tecnologías de racialización. Al explorar operaciones como “cuerpo negro = valor + exceso”, “1 (vida) ÷ 0 (negritud) = $\infty - \infty$ o ∞/∞ ”, y imágenes cuánticas de no-localidad y entrelazamiento, Denise transforma el lenguaje matemático en un gesto ético, estético y político capaz de exponer el colapso del mundo ordenado y sugerir otras formas de existencia. Sus ecuaciones no ilustran teorías científicas; antes bien, realizan un desmontaje del régimen moderno de representación, abriendo espacio para lo que la autora llama el Mundo Implicado o *Corpus Infinitum*. Así, el ensayo evidencia cómo la matemática, reinventada poéticamente, se vuelve una vía crítica e imaginativa para pensar el mundo de otro modo.

Palabras clave: Arte; Matemática; Denise Ferreira da Silva; Negritud; Mundo Implicado.

1 Doutorando em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Pará (PPGArtes-UFPA), com bolsa FAPESPA. Pesquisador bolsista FAPES do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), Vitória, Espírito Santo, Brasil. Endereço para correspondência: Rua São Bento, 51 – Edifício São Bento, APT 502, Centro, Vitória, Espírito Santo, Brasil, CEP: 29016-290. E-mail: lindombertofa@gmail.com..

2 Pós-Doutora em Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Associada do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil. Endereço para correspondência: Tv. Dr. Moraes, 469, Nazaré, Belém, Pará, Brasil, CEP: 66035-080. E-mail: mrb@ufpa.br..

I.

O projeto moderno de conhecimento – tributário da filosofia natural de Galileu e da filosofia de Descartes e consolidado nos programas de Kant, Newton e, depois, Hegel – forjou uma imagem do mundo alicerçada no modelo matemático. Kant ao tratar espaço e tempo como formas a priori da intuição estabelecer a causalidade determinante como regime de inteligibilidade e Descartes com seu projeto filosófico do método e do sujeito pensante. A modernidade produziu um universo legível apenas na medida em que podia ser calculado, medido, classificado e previsto a partir dos pressupostos científicos. A matemática – entendida não apenas como disciplina, mas como operação formal do pensamento – tornou-se o instrumento por excelência da governabilidade do mundo, permitindo que a realidade fosse reduzida àquilo que pode ser representado, estabilizado segundo o esquema da Razão.

No livro *A Dívida Impagável* (2019), Denise Ferreira da Silva explicita como essa estrutura matemática da modernidade se enraíza em um conjunto de pressupostos ontoepistêmicos – separabilidade, determinabilidade e sequencialidade – que organizam tanto o pensamento filosófico quanto suas aplicações políticas no governo das populações, dos corpos e dos territórios. Para Denise, esses pilares não são meros dispositivos abstratos do pensamento ocidental: configuram, antes, a arquitetura formal que sustenta as tecnologias contemporâneas de racialização, permitindo que a violência colonial seja traduzida em algoritmos morais, cálculos econômicos e decisões jurídicas que reiteram, incessantemente, a posição da negritude como exterioridade absoluta do humano.

É nesse ponto que seu gesto crítico se torna singular. Ao invés de apenas denunciar a cumplicidade entre matemática, razão e racialidade, Denise faz do próprio aparato matemático um campo de experimentação estética. Em sua escrita – que ela nomeia de *poética negra feminista* – equações impossíveis, razões indeterminadas, limites que não se resolvem e infinitos que escorrem para além do conceito tornam-se modos de confrontar a lógica do mundo ordenado. Como ela enfatiza, romper com a separabilidade é também desarticular a gramática do sujeito transcendental; atravessar a determinabilidade é suspender o imperativo da causalidade; desestabilizar a sequencialidade é recusar o tempo linear que organiza a história como progresso. A matemática, nesse gesto, deixa de ser tecnologia de previsão e controle para tornar-se linguagem de fissura, ruído e transbordamento.

O objetivo deste ensaio é, a partir de um percurso de caráter resenhístico-ensaístico pelas formulações de Denise Ferreira da Silva, abrir lampejos reflexivos que permitam sonhar como o gesto poético-matemático-filosófico mobilizado pela autora no livro – especialmente no ensaio *1 (vida) ÷ 0 (negritude) = ∞ – ∞ ou ∞/∞: sobre a matéria além da equação de valor* – opera como operador estético e epistemológico capaz de colapsar os pilares formais da modernidade, abrindo espaço para outras imagens de mundo. Nossa hipótese é que, mais do que metáforas ou ornamentos conceituais, essas equações atuam como dispositivos de pensamento que articulam arte, matemática e crítica racial de modo indissociável.

Assim, propomos que o gesto de Denise Ferreira da Silva inaugura uma intersecção inédita entre artes e matemática: não a apropriação de conceitos científicos para fins literários, tampouco uma estetização superficial do cálculo, mas o uso performático, ético, estético e político da matemática para desprogramar a própria lógica matematizável do mundo

moderno. Ao torcer equações até que se tornem instáveis, ao transformar limites em eventos e infinitos em matéria, Denise Ferreira da Silva nos oferece a possibilidade de pensar aquilo que excede o cálculo – o que ela nomeia como *Mundo Implicado* ou *Corpus Infinitum*: uma imagem de existência ilimitada, emaranhada e não-local, onde cada corpo é expressão singular de forças que o atravessam e onde a vida não é mais aquilo que pode ser representado, mas aquilo que irrompe como matéria em relação.

II.

A abertura de *A Dívida Impagável* (2019) opera como uma espécie de desmontagem paciente – e insistente – das condições que tornam a justiça, tal como a modernidade a formula, uma promessa estruturalmente impossível para corpos e territórios negros e indígenas. Denise Ferreira da Silva inicia com uma pergunta que é, ao mesmo tempo, método e diagnóstico: “*Por onde começar?*” A hesitação não é falta de direção; é a constatação de que qualquer ponto de partida já está implicado numa lógica que excede e desafia o pensamento moderno. É por isso que ela identifica nessa “tarefa de expor, capturar e dissolver” a marca da im/possibilidade: impossível porque o pensamento moderno é constituído para não ver o que precisa ser visto; e possível porque há um excesso – um transbordamento – que persiste apesar do cerco moderno ontoepistêmico que organiza o mundo.

A imagem *poética negra feminista* – alvo da atenção de Denise Ferreira da Silva – é, então, uma cifra desse movimento. *A Dívida Impagável* não é metáfora moral ou econômica: é uma imagem *anti-dialética*, que registra e tenta interromper “a lógica perversa que oclui a maneira como, desde o fim do século XIX, a racialidade opera como arsenal ético” por dentro e adiante das arquiteturas jurídico-econômicas do Estado-Capital. Ao chamar essa engrenagem de *dialética racial*, Denise Ferreira da Silva sublinha que se trata de uma racionalidade que se reproduz ao mesmo tempo como violência material e como justificativa ética – uma máquina que naturaliza a expropriação ao converter seus efeitos em atributos inerentes aos corpos racializados.

É significativo que ela retorne à sua trajetória intelectual para mostrar que essa preocupação não é retrospectiva, mas persistente. Desde o mestrado no IFCS e o trabalho como pesquisadora no Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), sob a influência de Yvonne Maggie e Carlos Hasenbalg, sua atenção recaiu sobre a “representação moderna como momento significativo da subjugação racial”. Em *O Negro na Modernidade: Cor e Exclusão Simbólica na Novela das Oito*, sua dissertação de 1991, o objeto – as novelas das oito entre 1979 e 1988 – funciona como espelho do projeto nacional: ali, a presença negra aparece como contingência a ser eliminada, mesmo sob o manto da então celebrada *democracia racial*. A modernidade brasileira, lida por dentro da ficção televisiva, depende do desaparecimento simbólico do negro para sustentar o mito de um país reconciliado.

A autora evidencia que, já ali, despontava um argumento que amadureceria em sua tese de doutorados, publicada com o título *Toward a Global Idea of Race* (2007): além da “lógica da exclusão”, que as ciências sociais reconhecem como mecanismo de subjugação, opera também uma “lógica da obliteração”, sem a qual o sujeito moderno – a “coisa autode-terminada” erigida pela filosofia – não se sustentaria. Essa obliteração é, portanto, epistemo-

lógica: ela apaga o que denuncia a violência colonial, reinscrevendo-o como desvio moral, falta intelectual, ou incapacidade natural.

Denise Ferreira da Silva conecta essa estrutura à materialidade da *violência racial* contínua. Da experiência no Rio de Janeiro nos anos 70 e 80 – marcados pela intensificação das mortes de jovens negros, pela entrada de armas automáticas e pela violência policial – às revoltas de Los Angeles em 1992, Vigário Geral em 1993, aos casos de Abner Louima (1997) e Amadou Diallo (1999), e aos inúmeros episódios que se repetem nas décadas seguintes, emerge a constatação de que a justiça falha porque mobiliza a negridade como prova de ameaça, justificando a *violência total* como resposta lógica. De maneira que, nos tribunais, não se vê crime; vê-se a confirmação do que o racial já codificou.

É nesse ponto que a autora desloca a chave analítica: ao contemplar a racialidade em escala global, torna-se incontornável reconhecer seu papel para o capital. A “diferença racial”, operada ao longo de todo o século XX, transubstancializa os mecanismos coloniais de expropriação em “defeitos naturais”, materializados em diferenças físicas, práticas e institucionais. Guerras regionais – do Afeganistão ao Congo, do Sudão à Síria, passando pelos conflitos de baixa visibilidade no Haiti, na Colômbia, no México ou nas periferias brasileiras e norte-americanas – não interrompem a *lógica que combina expropriação, deslocamento populacional, precarização e endurecimento das fronteiras*. A chamada “crise dos refugiados”, como observa Denise Ferreira da Silva, é apenas mais um capítulo de um dispositivo que consolida políticas de identidade brancas e estruturas militarizadas de controle.

É dessa constelação que emerge a manobra do livro: em vez de produzir uma crítica institucional ou análise de casos, *A Dívida Impagável* (2019) parte da constatação de que “a justiça falha diante de corpos e territórios negros e indígenas” – porque só consegue concebê-los como excesso, ameaça ou ausência de valor – e faz desse ponto de partida uma abertura. É aí que se inscreve a *poética negra feminista*: não como ornamento literário, mas como modo de intervenção. Trata-se de expor a *perversidade da lógica* que naturaliza a *violência total* colonial e, ao mesmo tempo, de identificar no “excesso” – aquilo que a lógica tenta sufocar – o índice de “uma outra imagem do mundo e das possibilidades que esta abriga”.

De acordo com a autora, ao operar “a partir dos limites da justiça”, a *poética negra feminista* libera-se das amarras do pensamento moderno. Porque reconhece que o racial é uma refiguração simbólica da violência colonial que sustenta a expropriação de terras e corpos não europeus, ela pode “violiar as regras do pensamento moderno” – que são, em última instância, as regras de sua própria legitimação. Por isso, Denise Ferreira da Silva afirma que entender o funcionamento do par Estado-Capital exige uma atenção rigorosa à “gramática racial”, que organiza o espaço global e tenta incessantemente “dirimir e dissipar” os efeitos da racialidade.

No horizonte que ela traça, a justiça – vista a partir do sujeito racial subalterno – só se torna pensável como fim de mundo: fim do “Mundo Ordenado” em que a violência racial faz sentido e no qual a decolonização – ou a restituição do valor expropriado de terras nativas e corpos escravizados – aparece como “improvável” e “incompreensível”. O gesto de *A Dívida Impagável* (2019), portanto, não é oferecer uma solução, mas tornar visível a estrutura que impede que a justiça, tal como concebida pelo moderno, seja realizável. E, ao mesmo tempo,

apontar – pela via da imagem *poética negra feminista* – para aquilo que excede essa estrutura e permite imaginar outros mundos possíveis.

E nesse sentido que Denise Ferreira da Silva expõe, em chave rigorosa e ao mesmo tempo contundente, o núcleo da sua crítica à arquitetura ontoepistemológica da modernidade – especialmente às operações que, desde o século XVII, instituem a cisão entre matéria e forma, corpo e mente, natureza e razão, dando sustentação ao que ela identifica como o horizonte ético-político do “Mundo Ordenado”. O que está em disputa, para a autora, não é simplesmente uma revisão conceitual, mas a própria possibilidade de liberar a “capacidade criativa radical da imaginação” para pensar O Mundo outramente: tarefa que exige renunciar aos fundamentos modernos que atam o pensamento às suas formas de determinação, separação e hierarquização.

A reconstrução que a autora faz de Galileu, Descartes e Newton não tem o intuito de refutar suas descobertas científicas, mas de evidenciar a mutação profunda que esses pensadores provocaram na compreensão da matéria e do conhecimento. Ao herdarem noções antigas – solidez, extensão, peso, gravidade – e ao deslocarem o eixo da explicação das “causas finais” para as “causas eficientes”, adverte Denise Ferreira da Silva, eles instauram uma confiança inédita na capacidade humana de conhecer, por demonstração geométrica, as propriedades dos corpos sem mediação divina. Todavia, esse avanço epistemológico opera uma fratura decisiva: a separação entre mente e corpo. É o gesto cartesiano que confere à mente – por sua natureza formal – o poder de determinar a verdade sobre os corpos, humanos ou não, desde que estes compartilhem atributos que possam ser formalizados e abstraídos.

Para Denise Ferreira da Silva, é Kant quem consolida esse movimento ao transformar a razão na instância que determina, de antemão, os limites do que pode ser conhecido. As noções de separabilidade e determinabilidade são, aqui, cruciais, afinal de contas, apenas aquilo que pode ser apreendido pelas formas da intuição (espaço e tempo) e categorizado pelo Entendimento pode contar como conhecimento e tudo o que excede essas condições é relegado à irrelevância epistêmica. Essa manobra de Kant não só completa a autonomização do sujeito moderno – agora investido de um poder que antes pertencia ao divino – como também autoriza que a determinação formal alcance as próprias condições humanas, produzindo o incômodo, já entre seus contemporâneos, de que a liberdade que a modernidade celebra esteja submetida aos critérios que ela mesma institui.

Ainda segundo sua leitura, é Hegel quem intervém nesse impasse, recolocando corpo e mente, natureza e razão, espaço e tempo no interior da figura do Espírito, cuja realização no tempo – a História – figura um processo de autodesenvolvimento rumo à liberdade. Entretanto, ao introduzir a sequencialidade histórica e a lógica da atualização, sublinha a autora, ele temporaliza a diferença cultural, convertendo povos e modos de vida em estágios do Espírito em desenvolvimento, culminando na Europa pós-Iluminista como ápice de sua realização. Para Denise Ferreira da Silva, a manobra hegeliana oferece não apenas uma solução filosófica para o problema kantiano, mas também a gramática que permite a hierarquização racializada da humanidade – estrutura que Denise Ferreira da Silva reconhece como um dos dispositivos centrais da racionalidade moderna.

Assim, ao remontar a Galileu, Descartes, Kant e Hegel, Denise Ferreira da Silva não está conduzindo uma revisão histórica gratuita, mas identificando o ponto de origem de uma operação que fixa o mundo nas formas da separabilidade e da determinabilidade, e que, mais tarde, permitirá a racialidade operar como “gramática” ética, política e econômica do par Estado-Capital. O que precisa ser renunciado, ratifica, portanto, a autora, é essa estrutura que confere à forma (à razão, à abstração, ao conceito) o poder de determinar unilateralmente a matéria – operação que, por extensão, autoriza a determinação do Outro, a captura da diferença, e a justificativa ontológica da violência colonial.

Sua aposta, portanto, é que pensar O Mundo outramente só se torna possível quando abrimos mão dessa herança moderna e de suas condições de possibilidade. Ou seja, quando deixamos de entender o pensamento como máquina de separar e determinar, e passamos a liberar o que ela chama de “capacidade criativa radical da imaginação” – uma imaginação que não opera pelas regras da forma, mas pelas potências da matéria, do indeterminado, do que escapa. É nessa fissura que se insinua a *poética negra feminista*, um gesto capaz de interromper a lógica ontoepistemológica que sustenta o Mundo Ordenado e, assim, de vislumbrar um mundo onde a justiça não seja impossível.

É justamente a partir dessa fissura que Denise Ferreira da Silva aprofunda o diagnóstico de que a modernidade euro-ocidental não apenas produziu uma certa imagem do mundo – fundada na separabilidade, determinabilidade e sequencialidade – mas também instalou essa imagem como matriz de inteligibilidade para tudo o que passou a ser concebido como “o humano”. Seu argumento recupera a longa genealogia de como, desde Kant e Hegel, a física serviu como modelo epistemológico para as ciências humanas e sociais, orientando-as segundo a lógica das “causas eficientes” e da certeza geométrica instaurada nos séculos XVII e XVIII. O problema, segundo a autora, é que a própria consolidação dessas formas de conhecer – herdadas da ruptura moderna com a filosofia medieval – se tornou o alicerce das ferramentas conceituais que, entre os séculos XIX e XX, sustentaram e refinaram a dialética racial.

A leitura de Denise Ferreira da Silva começa por restituir o papel central da física no pós-Iluminismo. A narrativa temporalizada de Hegel – História como palco do autodesenvolvimento do Espírito – forneceu, na chave filosófica, o equivalente da operação da física newtoniana: um mundo ordenado por leis, forças e sequências, no qual causas eficientes explicam transformações e autorizam a determinação dos fenômenos. A transposição desse modelo para o estudo das condições humanas não foi acidental, nos lembra a autora; pelo contrário, além de intencional tornou-se sabidamente hegemônica. A *dialética racial* que se intensifica nas respostas europeias contemporâneas aos fluxos migratórios, por exemplo – Denise Ferreira da Silva menciona explicitamente o caso dos refugiados – é, assim, apenas uma reiteração do “texto moderno”: uma gramática que reivindica certeza e produz verdade ancorada nos mesmos pilares inaugurados pelos filósofos modernos.

É nesse contexto que a autora revisita dois momentos fundamentais na confecção das ferramentas da *dialética racial*. O primeiro, de acordo com Denise Ferreira da Silva, surge com a ciência da vida, inicialmente representada por George Cuvier. Embora influenciada pela filosofia natural de Newton, ela ainda mantém a estrutura descritiva da história natural

e introduz a Vida como causa eficiente e final dos organismos. O segundo momento – para ela decisivo – ocorre no século XIX, após Darwin. A seleção natural, entendida como força racional operando no tempo, transforma a diferença entre seres vivos em resultado de um princípio eficiente, mensurável e temporalizado. É nesse terreno que a antropologia do século XIX – “a ciência do homem” – emerge, apropriando-se dos métodos da história natural para produzir ferramentas formais próprias, como o índice facial. Tais instrumentos matemáticos tornaram-se base para classificar corpos humanos, e, a partir deles, postular escalas de desenvolvimento moral e intelectual: é o ponto em que a determinação formal moderna se torna diretamente racializante.

Quando Denise Ferreira da Silva passa ao século XX, observa um deslocamento importante com Franz Boas. Segundo ela, a antropologia cultural que ele inaugura rejeita explicações biológicas para a variação humana e passa a situar as diferenças nos “padrões de pensamento” e nas “formas culturais” que emergem nos primeiros momentos de cada coletividade. Boas substitui o índice facial por um modelo temporal-espacotemporal da cultura, e essa ruptura ecoa, como afirma a autora, o “princípio da relatividade de Einstein”. Entretanto, apesar desse relativismo, o que se mantém é a separabilidade: ainda se concebem coletividades distintas com conteúdos mentais próprios, cuja diferença é explicada por trajetórias históricas particulares, e a temporalidade – elemento herdado de Hegel – permanece operando como principal força organizadora.

Seguindo com sua análise, Denise Ferreira da Silva pontua que Foucault, por sua vez, desloca novamente o campo ao propor, inspirado pela física de partículas, a microfísica do poder. Ele distingue o poder jurídico-político – mais próximo das leis de movimento de Newton – do poder disciplinar e discursivo, que atua no nível do desejo e produz seus próprios sujeitos e objetos. Segundo ela, assim como nos experimentos quânticos que levam ao princípio da incerteza de Heisenberg, o aparato – o dispositivo discursivo – determina aquilo que observa. Contudo, como observa, ainda que esse movimento tenha aberto caminhos críticos, ele também reforça a ideia de que a diferença é produto de formas (discursos, normas, regimes de saber) que operam como forças determinantes sobre sujeitos separados.

A síntese que a autora oferece é incisiva: embora a física pós-clássica – relatividade e mecânica quântica – tenha inspirado e nutrido metodologias e epistemologias que influenciaram profundamente o pensamento social, jurídico e político, tais inspirações não produziram uma imagem da diferença que escapasse à separabilidade. Para Denise Ferreira da Silva, nem Boas, com sua ênfase na diferença cultural espacotemporal; tampouco Foucault, com sua diferença formal produzida discursivamente, conseguiram efetivamente romper com o que ela identifica como a premissa fundamental do pensamento moderno: a ideia de que grupos humanos são ontologicamente distinguíveis e separáveis segundo cultura, nacionalidade, etnicidade, gênero, sexualidade ou raça.

Em outras palavras, o gesto moderno permanece intacto mesmo nas teorias críticas que buscavam superá-lo. A diferença continua sendo pensada como marca de grupos delimitados, cujos atributos – biológicos, culturais ou discursivos – são determinados por forças que operam sobre eles. O que Denise Ferreira da Silva denuncia é, portanto, a persistência da lógica ontoepistemológica do Mundo Ordenado: mesmo quando se abandona a biolo-

gia como fundamento, mantém-se a separação e a determinabilidade. É nesse quadro que a *dialética racial* continua se renovando, oferecendo respostas previsíveis a crises contemporâneas – como a migração – e reafirmando, século após século, a gramática moderna da diferença representativa.

Nada mais urgente para a autora do que desautorizar as bases ontoepistêmicas que sustentam tanto o discurso moral da diferença cultural quanto as gramáticas que estruturam o pensamento social moderno. Isso porque, ao aproximar a chamada “crise dos refugiados” na Europa do colapso político e social brasileiro pós-2016, Denise Ferreira da Silva evidencia como, em ambos os casos, a diferença cultural opera como princípio de ordenação do mundo – um dispositivo que, ao nomear o Outro como ameaça, reafirma a supremacia branco-europeia como norma ética da humanidade. O que está em jogo, portanto, não é simplesmente o preconceito ou a intolerância, mas a própria estrutura do pensamento moderno que se apoia no princípio da separabilidade: a suposição de que o social é composto por partes autônomas, formalmente independentes e historicamente localizáveis, ocupando posições desiguais perante o valor “humanidade”, permitindo, inclusive, o próprio esvaziamento do conceito.

É contra essa ontologia da separação – e seus pilares metodológicos: determinabilidade e sequencialidade – que a *poética negra feminista*, tal como Denise a concebe, esboça outra imagem de mundo. Ao se/nos perguntar “e se, em vez de o Mundo Ordenado, imaginássemos cada coisa existente (humano e mais-que-humano) como expressões singulares de cada um dos outros existentes e também do tudo implicado em que/como elas existem, ao invés de como formas separadas que se relacionam através da mediação de forças?” (p. 43), a autora desloca a discussão para um terreno especulativo e de imaginação radical que desafia diretamente o que ela chama de Mundo Ordenado. A proposta não é substituir um modelo social por outro, mas reorientar o próprio gesto de pensar. Essa abertura conduz à física de partículas não como metáfora superficial, mas como indicação epistemológica e ontológica da insuficiência do pensamento regido pela separabilidade. A não-localidade e a virtualidade, longe de oferecerem modelos mais “científicos”, tornam visível a impossibilidade de compreender a existência pelos instrumentos conceituais que a modernidade continua a reiterar.

Ao acompanhar essa trilha, Denise Ferreira da Silva articula em *A Dívida Impagável* (2019) uma tomada de posição em relação ao pensamento que dispensa a pretensão moderna de formular teorias e métodos. O que importa, para ele, é a dissolução do jugo do Entendimento – essa figura kantiana que fixa o que pode contar como conhecimento – e a entrega do Mundo à imaginação. Quando o pensamento se volta à *Coisa*, isto é, àquilo que não pode ser capturado pelas formas da razão, abre-se a possibilidade de um *imagear*³ que não reproduz a centralidade do Sujeito moderno. A física quântica, ao romper a linearidade temporal e a separação espacial que orientaram tanto Kant quanto Newton e Einstein, ofe-

3 Denise Ferreira da Silva mobiliza o termo *imagear* a partir da concepção benjaminiana de “imagem dialética”, entendida como o instante em que passado e presente se constelam fora da continuidade temporal. Em diálogo com *The Arcades Project* (1999) e *Passagens* (2007), ela retoma a ideia de que a imagem não representa, mas irrompe como lampejo – “dialética em suspenso” – no momento em que o que foi torna-se legível no agora. Sua noção de *imagear* parte justamente desse regime de temporalidade interruptiva formulado por Benjamin, que define a imagem como acontecimento crítico e não como ilustração narrativa.

rece o vislumbre de um universo em que tudo existe atual e virtualmente, implicado num mesmo campo de existência.

Por que, se/nos pergunta Denise Ferreira da Silva, a existência humana deveria ser pensada de outra forma, quando em nível subatômico tudo é emaranhado? Por que manter a diferença humana como fundamento explicativo ético e social? Sua resposta é direta: porque o conhecimento moderno, desde a antropologia do século XIX até as ciências sociais do século XX, foi moldado por uma física cuja ontologia privilegia a separabilidade. Suspender esse princípio é, portanto, suspender também o valor explicativo e político da diferença tal como ela foi construída. Essa suspensão, para ela, redefine a própria socialidade: o social deixa de ser causa ou efeito de relações entre entidades separadas e passa a figurar como condição incerta em que tudo o que existe é expressão singular de tudo mais, em que tudo que existe é percorrido ontologicamente pela a diferença – o que Denise Ferreira da Silva chama de *Mundo Implicado*, ou *Corpus Infinitum* – Mundo como *Plenum* e não como Universo (totalidade ordenada).

III.

Nesse registro, os ensaios de *A Dívida Impagável* (2019) não constituem um sistema, mas momentos de uma intervenção comprometida com essa imaginação sem separabilidade. Cada capítulo assume essa postura e a desloca para cenários distintos da ordem do pensamento moderno. No primeiro ensaio, *A Ser Anunciado: Uma Práxis Radical ou Conhecer (n)os Limites da Justiça*, Denise Ferreira da Silva desloca o eixo do pensamento das narrativas do Sujeito para aquilo que ela chama de *A Coisa*. Trata-se de inverter o vetor epistemológico clássico que sempre buscou compreender a *violência racial* através de explicações históricas, sociológicas ou morais – todas elas tributárias das operações formais da modernidade – para situá-la no registro do indeterminado, do irrepresentável, daquilo que antecede e supera todo aparato de determinação. Ao escolher *atender à Coisa*, a autora não está apenas recusando a reconstrução da violência nos termos já disponíveis; está afirmando que é na dimensão anterior à forma, anterior ao valor, anterior ao sentido, que se revela a verdadeira estrutura *da indiferença ética* que legitima a *violência racial* como resposta previsível à possibilidade de existir e pensar outramente. O corpo sexual da nativa/escrava – corpo que o texto moderno recusa como significante – torna-se então o ponto de entrada para um pensar que não se orienta pela determinação, mas pela afetabilidade, pela abertura ao que excede a forma.

É a partir desse gesto que Denise Ferreira da Silva relê as revoltas urbanas que incendiaram Londres em 2011 após o assassinato de Mark Duggan pela polícia. Esses eventos não aparecem, em sua leitura, como expressões pontuais de indignação social, tampouco como respostas irracionais a um ato isolado de violência estatal. Reaparecem como sintomas de uma falha estrutural, ou, mais precisamente, como o indício de um colapso ontológico e epistêmico do próprio projeto moderno de justiça. O que irrompe nas ruas – fogo, ruído, tumulto, deriva – não é uma recusa à justiça, mas seu retorno como excesso: a forma violenta de uma justiça que, ao se realizar, expõe seu caráter estruturalmente racializado. Denise Ferreira da Silva aprofunda esse diagnóstico ao recolocar Londres 2011 em continuidade com Watts (1965) e Los Angeles (1992), recusando a tentação sociológica de explicar tais revoltas

a partir de correlações entre desigualdade, exclusão, desemprego ou brutalidade policial. A causalidade, diz ela implicitamente, é sempre um modo de neutralização: enquadra o acontecimento dentro da ordem da determinação, retirando-lhe a potência de ruptura. Por isso afirma que esses incêndios ocorrem “após um momento de justiça” – isto é, após a realização (ou fracasso) da lei. Não são o avesso da justiça; são o seu efeito necessário. O que explode, portanto, não é a ausência da justiça moderna, mas sua própria impossibilidade.

Essa percepção obriga Denise Ferreira da Silva a romper com as formas modernas de explicação. Nem o materialismo histórico, nem a sociologia crítica, nem o pós-modernismo dispõem, segundo ela, dos instrumentos conceituais para compreender o que está em jogo. Todas essas tradições compartilham, ainda que de modos diferentes, o pressuposto da determinabilidade: causas conduzem a efeitos; eventos remetem a estruturas; conflitos expressam contradições resolúveis. Nessa gramática, a revolta torna-se dado; a violência, sintoma; o acontecimento, fato. Denise Ferreira da Silva expõe o que essa operação epistemológica produz: “conhecer” passa a ser sinônimo de capturar, medir, classificar – e, nesse movimento, aquilo que escapa à forma é descartado como insignificante. Perde-se justamente o que ela chama de *a Coisa*: o excesso que nenhuma categoria comporta, o que ameaça dissolver a lógica mesma da determinação. O gesto moderno de conhecimento, assim, coincide com a lógica da racialidade: converter o vivo em representação, o corpo em caso, o acontecimento em estatística.

É desse ponto que emerge sua proposta de conhecer nos limites da justiça. A expressão é dupla: ética e epistemológica. Conhecer nos limites é recusar a compulsão moderna pela explicação; é abandonar a busca por fundamento, causa ou essência; é sustentar o pensamento no espaço em que o acontecimento não pode ser resolvido por nenhuma categoria. Nos limites, conhecer não é dominar, mas escutar; não é enquadrar, mas espreitar; não é estabilizar, mas acompanhar aquilo que permanece em suspensão. Denise Ferreira da Silva encontra, no interior da própria metafísica hegeliana, uma figura para esse campo: *a Coisa* (*Das Ding*) – não como exterioridade passiva ou substância muda, mas como terreno indiferenciado onde o sentido ainda não se formou. Antes do “Eu”, do “Outro”, da “identidade” e da “diferença”, há *a Coisa*: matéria sem forma, excesso em estado bruto. É nesse território que a violência e a justiça aparecem como modos de conter o indeterminado, e é por isso que espreitá-lo implica posicionar-se ao lado do que escapa – da diferença pura, radical –, e não do que se determina.

Para aprofundar esse deslocamento, Denise Ferreira da Silva revisita a sociedade civil em Hegel, tal como formulada em *A Filosofia do Direito*. Hegel descreve a sociedade civil como o domínio da necessidade: o espaço da economia, da polícia, dos tribunais, dos contratos – o “palco da diferença”, onde a coexistência só é garantida por mecanismos de coerção e mediação. Para Hegel, a liberdade só se realiza plenamente no Estado, quando a particularidade encontra sua reconciliação no universal. Denise opera aqui uma torção contundente: é precisamente nesse espaço da necessidade – onde a justiça é administrada, codificada e distribuída – que se revela o limite da promessa moderna. Pois a justiça hegeliana, embora imanente ao social, preserva o sujeito transcendental como ponto de referência. O indivíduo racional, autônomo, europeu, continua sendo a medida que organiza a cena. O que aparece como “diferença” é, na verdade, uma posição hierárquica dentro de uma gramá-

tica que divide o humano entre autodeterminação e afetabilidade, entre quem age e quem é agido – uma diferença já plasmada, muito mais sociológica do que filosófica. O palco da diferença é, assim, o palco da dominação – o atual.

É para abalar essa divisão que Denise Ferreira da Silva retorna à *Coisa*. Antes de toda forma, insiste ela, existe um campo de matéria indiferente – diferença em si mesma. A modernidade coloniza e aprisiona por meio do pensamento dogmático, da representação, esse campo ao preenchê-lo com categorias como raça, gênero, sexualidade, classe: dispositivos formais que determinam o valor e a posição dos corpos – a produção de um *socius* codificado. Essas categorias funcionam como instrumentos de “necessitas”, confinando a vida dentro de uma gramática mensurável, comparável, administrável e a vida é muito mais do que isso. Transformam o enigma da *Coisa* em catálogo de identidades – que não são a *Coisa*, mas a representação da imagem da *Coisa*, posta em esquemas pobres e deterministas. O que Denise Ferreira da Silva reivindica é a restituição da potência indeterminada da *Coisa*: lembrar que, sob as formas impostas pelo valor e pela violência, persiste um excesso que não pode ser ontologicamente capturado. Nos corpos subalternizados – sobretudo nos corpos negros e femininos – esse excesso aparece como ferida e força ao mesmo tempo: ferida porque marca a violência da captura; força porque conserva a promessa de desfazê-la.

Essa presença insistente do excesso aproxima Denise Ferreira da Silva de Benjamin e Bataille, mas para deslocá-los. Benjamin identifica as tensões entre violência fundadora e violência preservadora da lei e sonha com uma violência divina que rompa o ciclo. Bataille vê no erotismo a possibilidade de transbordamento que ameaça as estruturas morais. No entanto, ambos permanecem presos a uma figuração masculina da transgressão. Denise Ferreira da Silva desloca o eixo: o excesso aparece no corpo feminino racializado, corpo atravessado pela violação, pelo trabalho compulsório, pela mercantilização – mas também corpo onde pulsa aquilo que nenhuma dessas violências consegue exaurir. É nesse corpo que ela formula a equação *corpo negro* = *valor* + *excesso*: não metáfora, mas ontologia crítica. O corpo negro é matéria-prima da modernidade e, simultaneamente, seu ponto de colapso.

Ao formular “*corpo negro* = *valor* + *excesso*”, Denise Ferreira da Silva não está apenas exibindo a contradição central da economia racial do capital; ela está corroendo o princípio moderno da determinabilidade. Se “*valor*” exige forma, medida e equivalência, o “*excesso*” remete precisamente ao que escapa a toda forma – ao que Hegel chamou de *Coisa*, ao informe que antecede e excede a representação. A equação, portanto, não descreve uma soma, mas uma impossibilidade formal: ela reúne em um mesmo corpo o que a modernidade precisou separar para sustentar sua gramática ética e econômica. O corpo negro, produzido pelo capital e pela lógica colonial como corpo-coisa – explorável, violável, matável – é também o que irrompe para além da forma que o tenta determinar. Como *valor* + *excesso*, ele encarna a impossibilidade da determinabilidade: mantém visível o resto, o informe, o indeterminado, aquilo que o cálculo moderno quis obliterar e que não pode ser reduzido a categoria nem previsto pela causalidade que pretendeu produzi-lo.

É esse resto – o grito, o ruído, a vibração – que Denise Ferreira da Silva chama de *excesso* e o que ela propõe *ficar*, que a aproxima de Saidiya Hartman, Fred Moten e Lindon Barrett. Com Hartman, ela compartilha a recusa em transformar a dor negra em espetáculo.

Com Moten, encontra no som o que escapa à linguagem: o grito de Aunt Hester não é fala, mas vibração que perscruta a superfície da forma, evento que antecede o sentido e o desestabiliza. É esse som – esse resto da *Coisa* – que Denise Ferreira da Silva escuta como possibilidade de um outro modo de ser. *Ficar com o excesso* é o nome que ela dá a essa atitude. Não se trata de resolver o excesso, nem de traduzi-lo em teoria ou programa, mas de habitar seu espaço. *Ficar com o excesso* é um gesto ético e político de recusa à autodeterminação, é não deixar a identidade, a representação predificar: é sustentar-se na vulnerabilidade, na indeterminação, na coabitação com o que não pode ser conhecido, mas pode ser imaginado, imageado, sonhado, idealizado.

Nesse gesto, o corpo sexual feminino deixa de ser representação para tornar-se força: não um significante, mas um campo de energia que expõe o vazio sobre o qual se construiu a ideia moderna de humano. Aqui, Denise Ferreira da Silva dialoga com Luce Irigaray, Gayatri Spivak, Sylvia Wynter e Frantz Fanon, mas vai além de todas elas. Em Irigaray, reconhece a potência da “amante-mulher”, mas recusa que o feminino permaneça amarrado à economia do desejo masculino. Em Fanon, reconhece a urgência da descolonização do corpo, mas recusa a nostalgia de um novo homem. Em Wynter, partilha o projeto de reescrever o humano, mas o faz a partir de um horizonte ainda mais instável: “o outramente”, aquilo que não pode ser significado por nenhum modo de ser humano. O corpo, o desejo, o grito, o abismo – é neles que ela situa o princípio de uma nova ética da existência.

É nesse gesto que ela formula a ideia de *práxis radical*. A *práxis radical* é uma intervenção sem *telos*, sem garantia, sem programa – uma forma de agir e pensar que opera do lado da *Coisa*, um movimento para o sensível, para a imanência que funciona não pela dialética, mas pelo paradoxal. Denise Ferreira da Silva recorre à física contemporânea para dar corpo a essa imagem: “radicais livres” e “partículas virtuais” são forças instáveis, transitórias, capazes de alterar sistemas sem jamais se fixar. Assim também a *práxis radical*: atua nos interstícios, nas bordas, nas vibrações mínimas que passam despercebidas pelo olhar da justiça. “Atendendo a A Coisa e ficando na/com a violência, a *práxis radical* deve prestar atenção” (p. 82): atender é sua ética. Conhecer é, aqui, atender: gesto sensível, corporal, vulnerável.

A partir desse deslocamento, Denise nos convida a imaginar outra gramática do humano – uma humanidade fundada não na separabilidade, mas na coabitação; não na medida, mas na atenção; não na forma, mas na vibração. Conhecer nos limites da justiça não é resolver o enigma da *Coisa*, mas reconhecê-lo como condição de existência. O pensamento, então, deixa de ser a busca de fundamentos e se torna um modo de estar no mundo – uma cosmologia. E, nesse sentido, Denise Ferreira da Silva nos devolve ao cosmos aquilo que a modernidade separou, mediu e ordenou: o excesso que insiste, o indeterminado que resiste, o possível que não se deixa reduzir. É aí, no limiar entre violência e justiça, entre corpo e forma, entre vida e sentido, que algo como o justo pode começar a ser imaginado.

No segundo ensaio, *Para Uma Poética Negra Feminista: a questão da Negridade para o (fim do) mundo*, a autora aprofunda o deslocamento inaugurado no início do livro: a *negridade* deixa de ser mobilizada como categoria identitária, sociológica ou cultural e passa a funcionar como um conceito, uma via especulativa para refazer os enunciados que sustentam a separação originária do Sujeito moderno. Trata-se de recusar o gesto que inscreve o corpo

negro como objeto da história e da ciência – objeto de explicação, mensuração, categorização – e recolocá-lo como lugar de pensamento, como força que reabre a questão do mundo – sem negar a sua inscrição na história, pensamos. A aposta não é resgatar promessas universais, tampouco reivindicar inclusão ou reconhecimento dentro da ordem existente; é experimentar a existência sob a imagem do *Mundo Implicado*, aquele que a modernidade tentou desagregar por meio da separabilidade, da determinabilidade e da sequencialidade.

Logo no início da reflexão, Denise Ferreira da Silva toma para si a pergunta de Barbara Christian – “Quais são as pressuposições filosóficas que sustentam minha práxis?” (p. 85) – apenas para deslocá-la de forma decisiva: o que significa ser uma *mulher negra crítica*, e o que tais designações revelam acerca do próprio método de conhecer? A aparente simplicidade da pergunta encobre seu gesto mais radical: se o pensamento é exercido por uma mulher negra, o pensamento não pode pretender neutralidade. Ele é atravessado por corpo, história, violência e desejo; ele é situado, implicado, encarnado, também. Cada categoria – negra, feminista, crítica – não remete a um traço identitário, mas a uma epistemologia que se forma sobre e contra o apagamento imposto por séculos de violência colonial. A teoria, recorda Denise Ferreira da Silva, é um ponto de descanso no movimento: uma pausa provisória, uma dobra do corpo que pensa. Conhecer não é representar o mundo; é movê-lo, porque o conhecimento é ele mesmo um acontecimento material.

É nesse sentido que ela propõe a *Poética Negra Feminista* – ou *Poethics*, fusão deliberada de poética e ética – como prática que parte do corpo sexual da nativa/escrava: este corpo historicamente marcado pela violação, pelo estupro, pela coisificação e pela expropriação, mas que também guarda uma potência criadora própria. Esse corpo conserva aquilo que a modernidade quis erradicar: *A Coisa*, o excesso sem forma, o resto que persiste sob as sobreposições discursivas da razão. A *Poética Negra Feminista* é, por isso, o modo de pensar e criar que recusa a racionalidade moderna ao dissolver as fronteiras entre corpo e razão, sujeito e mundo, humano e natureza. Em vez de elaborar um discurso *sobre* o mundo, ela opera como gesto *com* o mundo – um gesto que desfaz as separações com as quais a modernidade edificou sua ficção de universalidade.

Esse gesto exige liberar a *Negritude* do aparato epistemológico que a inventou. Reduzida durante séculos a objeto, mercadoria ou índice de ausência de humanidade, a *negritude* é reinscrita por Denise como força filosófica – não identidade, mas condição que excede o pensamento moderno. Emancipá-la significa justamente libertar o ato de conhecer da lógica que instaurou a separabilidade: a divisão entre sujeito e objeto, mente e corpo, razão e emoção, humano e terra. Ao dissolver essas fronteiras, a *Poética Negra Feminista* anuncia o que Denise chama de “*fim do mundo*” – não um apocalipse, mas a dissolução do mundo enquanto totalidade ordenada, isto é, o mundo moderno-colonial tal como se impôs mediante abstrações, hierarquias e equivalências.

A separabilidade, recorda Denise Ferreira da Silva, é o pilar ontoepistêmico central da modernidade. Ela permitiu que o sujeito europeu se instituisse como consciência autônoma e transformasse tudo ao seu redor – corpos, terras, vidas – em objetos de conhecimento e exploração. É esse mesmo gesto que autoriza o que ela nomeia “indiferença ética”: a capacidade de justificar o assassinato de Trayvon Martin, de legitimar o policiamento letal de

corpos negros, de transformar vidas em efeitos colaterais da ordem. Enquanto aceitarmos a estrutura que produz categorias como “raça”, “outro”, “desvio”, reitera a autora, permaneceremos presos ao mesmo regime de inteligibilidade que torna a expropriação possível e a violência justificável.

Mesmo as teorias críticas que se imaginaram emancipatórias não escapam desse impasse. “O materialismo histórico”, escreve Denise Ferreira da Silva, “é apenas um (porém, o mais flagrante) contexto teórico onde a expropriação colonial é ocluída.” (p. 90) Ao tratar a escravidão como estágio pré-histórico ou pré-capitalista, Marx, segundo ela, reforça a narrativa que centraliza a Europa, apagando a participação constitutiva do corpo negro e da terra indígena na formação do capital global. A sociologia das relações raciais, por sua vez, converte violência estrutural em diferença cultural; transforma expropriação em déficit moral; traduz cativo e genocídio em “problemas sociais”. A crítica, assim, reincide na lógica que pretendia denunciar: universaliza a história europeia e reduz a violência colonial a epifenômeno.

É esse processo que Denise Ferreira da Silva chama de *dialética racial*: um mecanismo pelo qual a expropriação colonial é transfigurada em categorias morais ou culturais. A escravidão deixa de ser entendida como relação jurídica, política e econômica e passa a ser tratada como “problema racial” ou “conflito cultural”. Nesse gesto, a crítica se torna impotente: ocupa-se dos efeitos, negligencia as causas, administra o sintoma. Para romper essa dialética, Denise Ferreira da Silva propõe restituir aquilo que foi abstraído – o valor total expropriado do corpo negro e da terra indígena. O capitalismo não apenas herdou a escravidão; ele é sua atualização contínua. O corpo escravizado, escreve a autora, é a própria estrutura do capital; é o que torna o capital possível. Pensar a partir da *negridade* é reconhecer essa continuidade e, ao fazê-lo, imaginar o que pode emergir quando ela é interrompida.

A *negridade*, assim compreendida, é mais do que dado identitário: é uma força de interrupção. Porque o corpo negro existe fora das condições que o pensamento moderno reconhece como possíveis, ele revela o limite do próprio conceito de mundo. Sua força radical está na possibilidade de virar o pensamento contra si mesmo – de anunciar o *fim do mundo* não como destruição, mas como abertura de uma outra gramática do existir. A *poética negra feminista*, figura em torno da qual se organiza o capítulo, é precisamente aquela que se move nesse entre-lugar – fora das categorias de espaço, tempo e sujeito –, mas dentro da matéria viva da experiência. Seu gesto é simultaneamente epistemológico e estético: ela inventa, com o corpo e com a linguagem, o horizonte de um mundo que não se curva à razão universal.

É então que Denise formula sua pergunta mais destabilizadora: “Como reconciliar essas duas faces da Negridade sem retornar ao tema da essência (histórica ou biológica)?” (p. 96) A *negridade* é, ao mesmo tempo, efeito da violência colonial e potência de dissolução dessa mesma violência. A *Poética Negra Feminista* é a prática capaz de sustentar essa tensão sem resolvê-la; de reconhecer a capacidade criadora da *negridade* de desfazer as fronteiras da separabilidade e expor o núcleo vazio da razão moderna. Descolonizar, nesse horizonte, não significa redistribuir recursos ou reparar danos históricos, mas reconstruir o mundo: desmontar as arquiteturas jurídicas, econômicas e cognitivas do capital e criar novas formas de

coexistência, valor e direito. Antes de construir, é preciso “desconhecer e desfazer o mundo” – atingir o âmago do pensamento moderno e libertar o possível que ele aprisionou.

O alvo dessa crítica é o Mundo Ordenado – a arquitetura que separa o *Subjectum* do *Mundus*, o sujeito do mundo. É essa separação que funda a ontologia da violência moderna: a ideia de que o sujeito pensa e o mundo é pensado; que alguns conhecem e outros são conhecidos; que uns agem e outros são afetáveis. Desfazer o mundo não é destruí-lo, mas colapsar essa distinção. A referência a W. E. B. Du Bois e à “dupla consciência” permite a Denise Ferreira da Silva mostrar que a emancipação não está no reconhecimento pelo Outro, mas no abandono do regime da consciência como medida universal. Não há mais sujeito nem objeto: há forças, relações, vibrações. A *negritude*, desprendida do pensamento, torna-se poética – força criadora que escapa ao conceito e desorganiza a filosofia.

É esse gesto que a conduz ao *Plenum* – a plenitude implicada onde nada está separado, onde tudo coexiste em atravessamentos e contingências. O *Plenum* não é totalidade; é coemergência. Nele, o tempo deixa de ser linha e torna-se posição: simultaneidade, proximidade, coabitação. O sujeito histórico se desfaz, e o mundo reaparece como campo de relações contínuas. É o que Denise Ferreira da Silva nomeia *Corpus Infinitum*, imagem inspirada em Leibniz e na física quântica: matéria infinita, relacional, indeterminada, atravessada por contingências que recusam a determinação.

Nessa imagem, o corpo negro feminino – corpo que, observa a partir de Hortense Spillers, foi transformado em carne – torna-se também corpo de criação e desestabilização. Ele encarna simultaneamente destruição e possibilidade; violência e potência. Por isso, e em diálogo com a ficção científica de Octavia E. Butler, Denise Ferreira da Silva encontra imagens dessa ontologia poética. Dana, Anyanwu e Olamina, personagens de *Kinder* (2004), *Wild Seed* (2001) e *Parable of the Sower* (2000), vivem no entre: atravessam o tempo, transformam-se em outras formas de vida, sentem a dor dos outros como sua própria. Elas habitam o mundo sem as proteções do espaço-tempo, existindo nas frestas onde a razão falha. Dana viaja entre séculos, rasgando a linearidade histórica; Olamina dissolve a fronteira entre “eu” e “outro”; Anyanwu atravessa espécies e substâncias. Seus corpos figuram o que Denise chama de transversalidade, atravessabilidade e transsubstancialidade – modos de existir que recusam a determinação e afirmam a implicação.

Essas personagens literárias não são metáforas, mas guias para a imaginação filosófica. Elas indicam o que se torna visível quando *A Coisa* – aquilo que a razão universal excluiu – volta a governar o pensamento. A virtualidade que elas corporificam é o campo do possível, do que ainda não é, mas pode vir a ser; um espaço de potência criadora, não de necessidade. Nessa dimensão, a *Poética Negra Feminista* se torna também um programa ético-político: a decolonização como reconstrução radical do mundo. Decolonizar é restaurar o valor total expropriado pela escravidão e pelo colonialismo, mas também reinventar as formas de existir e conhecer fora da lógica da separabilidade. É o gesto de dissolver o Mundo Ordenado e inaugurar o Mundo Implicado, o mundo que sempre existiu sob as ruínas da modernidade.

Em última instância, Denise propõe uma inversão do olhar filosófico: a partir da *negritude*, pensar não o homem, mas o mundo antes e além do homem. Um mundo sem sujeito identitário, sem centro, onde o conhecimento não é reflexão, mas relação. A *Poética Negra*

Feminista é o nome desse gesto – um modo de existir e imaginar que não busca o reconhecimento, mas o desvanecimento do sujeito e da razão universal. É o pensamento desde a carne e o abismo, desde a implicabilidade que tudo atravessa. O *Fim do Mundo*, aqui, é apenas o começo: o ponto em que o real, liberto da separação, volta a respirar como plenitude.

No terceiro ensaio, $1 (VIDA) \div 0 (NEGRIDADE) = \infty - \infty$ OU ∞/∞ : (*Sobre a*) *Matéria para Além da Equação de Valor*, a autora desloca mais uma vez o eixo da reflexão para ativar a *negritude* como força interruptiva, não apenas como índice histórico da violência, mas como potência ontológica capaz de corroer a própria equação ética moderna. Ali onde o pensamento ocidental instalou a ideia de que a *negritude* é falta – falta de valor, de forma, de humanidade – a filósofa reinscreve um movimento inverso: essa falta, tomada como ferramenta conceitual, desvela as operações invisíveis que permitem à modernidade sustentar a determinação como fundamento da justiça. Se o valor – ético, econômico, jurídico – depende de formas estáveis, a *negritude* aparece aqui como aquilo que anula a forma, que perturba a determinação, que recusa ser encaixado nos esquemas que produzem o sujeito, o mundo e a falta. A *negritude* seria, ontologicamente, o excesso – o que transborda – e não a falta que demanda substituição, preenchimento ou referência. O resultado não é a construção de um novo universal, mas o vislumbre de um mundo que já não precisa da determinação para existir, um mundo que se deixa apreender no seu caráter implicado, contínuo e radicalmente plural e diferenciado.

O ponto de partida é a pergunta especulativa: e se a *negritude* não fosse uma categoria social, nem uma identidade, mas um modo de existência inscrito no registro de imanência da matéria – da *Coisa* (*Das Ding*)? Ao interrogar “e se negritude se referisse a definições raras e obsoletas da matéria, no registro da Coisa: respectivamente ‘substância (...) que forma algo’ e ‘substância sem forma?’” (p. 121), Denise Ferreira da Silva desloca o debate racial para antes da linguagem e antes da representação. Trata-se de pensar a *negritude* como aquilo que existe em um plano anterior à forma, anterior à medida, anterior ao princípio mesmo da determinação – a negritude como individuação pré-formal, pré-individual. Nesse horizonte, a *negritude* deixa de ser um marcador identitário para tornar-se índice de tudo aquilo que o pensamento moderno precisou apagar para instituir o sujeito autodeterminado como figura central do conhecimento, da moral e da política. A *Coisa*, o informe, o excesso – tudo isso retorna sob o nome de *negritude*, não como nostalgia ou resgate, mas como potência ontológica. A *negritude*, ao reaparecer nesse registro, opera como o que escapa à codificação: matéria que não pode ser capturada pela forma moderna sem dissolver a própria operação de captura.

Esse movimento exige e implica em uma crítica direta ao valor. Toda forma de valor moderno – econômico, ético, estético, epistemológico – depende da obliteração da matéria que o sustenta. O objeto só pode adquirir valor porque algo foi apagado: o corpo colonizado, o corpo racializado, os mundos destruídos para que o objeto e a forma pudessem emergir. É esse processo de obliteração que Denise Ferreira da Silva quer tornar visível ao se/nos perguntar: “o que aconteceria com o valor econômico das *coisas* se elas fossem lidas como expressões da gramática moderna e sua lógica da obliteração?” (p. 121) A pergunta é menos um exercício teórico e mais um golpe contra o edifício conceitual da modernidade.

Não se trata de reinterpretar o valor, mas de implodir a sintaxe que sustenta a própria ideia de determinação como fundamento do mundo.

É nesse contexto que *Black Lives Matter* aparece como sintoma e como ruptura. Segundo a autora, o enunciado – sem verbo, sem sujeito e sem agente – funciona como a própria estrutura da *negritude*: existe, mas não se submete à forma; afirma-se sem organizar-se em sujeito; irrompe sem integrar-se à gramática representacional da política moderna. Para Denise Ferreira da Silva, esse é o momento em que o político se apresenta como presença sem forma: a frase, ao mesmo tempo que denuncia a violência racial, suspende o regime de representação que transforma vidas negras em matéria descartável. Assim, *Black Lives Matter* não é mera reivindicação; é interrupção sintática, é desorganização do campo ético moderno. É, portanto, a chave para a criação de seu experimento conceitual: a *Equação do Valor*. Esse gesto poético-matemático-filosófico não tenta explicar os mecanismos da violência, mas desestabilizá-los; não busca reorganizar o valor, mas demonstrar sua impossibilidade. Se o valor depende da forma, então a *negritude* – aquilo que não pode ser formalizado – dissolve a ilusão de que a dignidade é efeito da autodeterminação.

Esse deslocamento conceitual torna-se ainda mais visível na leitura que Denise Ferreira da Silva faz da instalação *In Pursuit of Bling* (2014), de Otobong Nkanga. A obra, feita com minerais que alimentam as indústrias cosméticas e tecnológicas, expõe o vínculo entre o brilho da modernidade e a escuridão dos territórios devastados. A artista faz com que a luz se torne índice da violência: cada superfície reluzente carrega consigo a sombra da expropriação. No entanto, observa Denise Ferreira da Silva, essa crítica ainda opera dentro da estética ocidental, isto é, dentro da cena kantiana do juízo estético. O sujeito estético – desinteressado, universal, autônomo – coincide com o sujeito ético e político da modernidade. Assim, ainda que revele a violência, a obra o faz dentro da gramática que constitui o próprio paradigma da humanidade moderna. Inspirada por essa tensão, Denise Ferreira da Silva cria sua própria ferramenta: a *prova da Equação do Valor*. Ao contrário da obra de Nkanga, que expõe o brilho e sua obscuridade, Denise Ferreira da Silva pretende dissolver não o conteúdo, mas o princípio que separa brilho e obscuridade, forma e matéria. Sua *poética negra feminista* não busca reconciliar os polos, mas desativar a determinabilidade que os sustenta.

Essa desativação implica desenterrar a genealogia do sujeito formal. Segundo ela, Bacon e Descartes reordenam as quatro causas aristotélicas e instalam a causa eficiente como matriz do mundo moderno. Com Bacon, a natureza passa a ser vista como livro de operações; com Descartes, a mente torna-se o próprio fundamento do real. O “penso, logo existo” inaugura o sujeito sem propriedades – abstrato, formal, autossuficiente, capaz de conhecer porque se imagina purificado de corpo, história e afeto. Essa abstração produz a arquitetura moderna do conhecimento, que será estendida à ciência, ao direito, ao valor. A natureza é reduzida a objeto; o mundo, subordinado a leis mensuráveis; a realidade, confinada à determinação. Nessa estrutura, tudo o que escapa à forma – os corpos racializados, femininos, colonizados – é relegado ao campo da matéria, do objeto, do informe.

Ainda de acordo com Denise, Kant e Hegel consolidam essa estrutura. Em Kant, a determinabilidade se torna princípio epistemológico e ético: dignidade pertence apenas ao sujeito racional, capaz de formalizar a lei moral. Em Hegel, a forma se torna história: a razão

realiza-se na Europa, enquanto a África permanece fora da historicidade, como não-forma. A *negridade*, assim, é produzida como não-sujeito, como ausência de forma, como queda fora do campo ético. As ciências raciais apenas traduzem em linguagem empírica o que a filosofia já havia organizado: a racialidade como estrutura e o sujeito europeu (branquidade) como medida universal. A violência colonial se converte em diferença natural, e a escravidão, em estágio da humanidade.

Com isso a autora nos mostra que o programa moderno do conhecimento – baseado na formalização e na efetividade – cria as condições para que a racialidade funcione como estrutura epistemológica e ética. A *negridade*, enquanto categoria da diferença racial no pensamento moderno, participa do aparato que oculta a violência que funda a modernidade – a expropriação de terras e corpos, a escravidão e o colonialismo. Mas, como guia de uma *poética negra feminista*, a *negridade* pode ser reativada não como categoria, mas como força. É nesse ponto que Denise Ferreira da Silva propõe sua manobra mais radical: tomar a linguagem matemática – a forma mais pura da formalização moderna – e usá-la contra si mesma. *A Equação do Valor é o gesto em que a filosofia se torna poética*. Ao se/nos perguntar “por que vidas negras não importam?” (p. 132), ela transforma a questão ética em problema de cálculo, expondo o vazio da gramática do valor. Se vida = 1 e negridade = -1, a soma é 0: a presença negra, dentro da lógica moderna, anula o valor da vida. Mas se a *negridade* é pensada como 0 (zero), como ausência de forma, então dividir a vida por ela ($1 \div 0$) resulta em ∞ (infinito): o indeterminado, o que não pode ser mensurado nem representado. Nesse movimento, a *negridade*, pensada como 0 (zero), não é falta, mas potência: aquilo que dissolve o sistema de valor e desorganiza a ética da forma.

Quando a autora formula “vida $\div$ 0 (negridade) = $\infty - \infty$ ou ∞/∞ ”, o gesto não é metafórico: ao introduzir o zero como operador, ela desativa o princípio moderno da separabilidade. Dividir por zero, como se sabe, é impossível dentro da lógica matemática clássica porque dissolve a distinção entre grandezas, destruindo a própria ideia de quantidades separáveis. Ao produzir um resultado indeterminado – infinito menos infinito, infinito sobre infinito – a equação encena matematicamente o que Denise Ferreira da Silva chama de *Mundo Implícado*: um campo no qual nada está isolado, onde vida e *negridade* não são termos distintos, mas expressões de uma mesma matéria contínua. A operação matemática, portanto, performa a crítica ontológica: ao colapsar a separabilidade, ela desmonta a própria arquitetura do sujeito moderno, cuja existência depende da distinção entre forma e fundo, entre corpo e mundo, entre vida e nada.

Assim, quando a *negridade* é colocada como 0 (zero) ou como ∞ (infinito), ela sai do regime da contradição dialética e entra no campo da anulação. E Denise Ferreira da Silva recusa a dialética hegeliana porque, para ela, esta sempre resolve o negativo numa síntese reconciliadora – e, com isso, conserva o princípio da autodeterminação. A *poética negra feminista*, ao contrário, opera pela dissolução: não busca síntese, mas a desestabilização das formas do pensamento que sustentam o Mundo moderno. A *negridade*, como matéria sem forma, é o lugar onde o cálculo do valor se desfaz. Ela não contradiz o sistema; ela o anula. Ao introduzir o 0 (zero) no coração da ética, Denise Ferreira da Silva desativa o princípio da não contradição e liberta o pensamento do imperativo da forma. Essa manobra é também

política: é o gesto que permite imaginar uma justiça fora da lei, uma ética fora da moral, uma humanidade fora do sujeito.

Não por acaso, em diálogo com Frantz Fanon, Hortense Spillers, Saidiya Hartman e Fred Moten, a autora alinha essa recusa a uma tradição negra radical que entende a *negridade* como o ponto de colapso da forma. Spillers fala da carne como grau zero da significação; Hartman recusa repetir a violência como momento de subjetivação; Moten vê na voz e no ruído o excesso que escapa à representação; Fanon, na “noite do absoluto”, indica o mergulho fora da dialética. Denise Ferreira da Silva prolonga esses gestos e lhes dá uma forma conceitual: o *Corpus Infinitum*. A *negridade*, enquanto matéria infinita, é o corpo fora do espaço e do tempo, o corpo implicado, onde tudo se co-implica sem hierarquia nem medida. Pensar a partir desse horizonte é dissolver o Mundo Ordenado pela determinabilidade – é, para ela, recusar a cena ética e epistemológica da modernidade e abrir o pensamento ao que existe antes da forma e além do valor.

Com esse seu gesto, a autora propõe e institui um deslocamento ontológico radical: pensar a *negridade* como matéria que retorna para desfazer o edifício moderno. E, ao usar as ferramentas da razão – matemática, forma, cálculo – para desarmar a própria razão, ela transforma a *negridade* em força capaz de dissolver o sujeito, o valor e o universal. O que emerge dessa operação não é caos, mas o horizonte de um *Mundo Implicado* – mundo sem determinação, sem sujeito, sem centro – onde o real reaparece como campo de relações infinitas, o *Corpus Infinitum*, matéria que sempre esteve aí, à espera de ser pensada fora da gramática da forma e do valor.

Por fim, no último ensaio, *A Dívida Impagável: Lendo Cenas de Valor Contra a Flecha do Tempo*, Denise Ferreira da Silva mobiliza a lógica especulativa desenvolvida ao longo do livro para colocá-la diretamente contra a temporalidade do materialismo histórico. Seu gesto não consiste em negar a relevância de Marx, mas em evidenciar como a própria imagem de tempo que sustenta seus conceitos centrais – sobretudo o trabalho assalariado e a narrativa de superação histórica – repousa sobre a mesma sequencialidade que organiza o pensamento moderno. Para a autora, a colonialidade e a escravidão, mesmo quando nominalmente reconhecidas, aparecem como um “antes” já superado, como antecedentes que não chegam a afetar o cerne teórico do capital. O problema, mostra a autora, não é o conceito em si, mas o regime temporal que o suporta: uma linha histórica que, ao se mover sempre para frente, oculta o que permanece operando de modo não linear, repetitivo, fractal. Assim, a crítica marxiana, para ela, por mais incisiva que seja, acaba por reiterar a própria lógica que pretende contestar, porque não consegue abandonar a flecha do tempo que organiza tanto a ontologia quanto a economia política modernas.

É nesse ponto que *A Dívida Impagável* se torna uma das intervenções filosóficas mais contundentes dos últimos anos. A autora rompe deliberadamente com os instrumentos analíticos do Ocidente e envereda pela ficção especulativa, pela física quântica e pela *po-ética negra feminista* para pensar o colapso da racionalidade moderna. Sua leitura de *Kindred* (2004), de Octavia E. Butler, não é um desvio literário, mas um experimento conceitual. De acordo com Denise, Butler, ao imaginar Dana sendo subitamente transportada entre o presente e o passado escravocrata, fratura a linearidade temporal que constitui a própria

gramática do mundo moderno. A cada retorno ao século XIX, Dana precisa salvar a vida de Rufus, o senhor de escravos de quem descende, sob pena de apagar a própria existência. Mas o gesto de salvar o algoz para sobreviver é eticamente insuportável – e ontologicamente impossível. Butler, então, desarma o princípio causal linear: os eventos não se sucedem, mas se implicam; o passado não antecede, mas atravessa o presente; a história deixa de ser linha e se torna campo.

Na leitura que Denise Ferreira da Silva realiza, esse colapso narrativo não é mero artifício literário, mas figuração de outra ontologia: uma ontologia do *tempo implicado*. Dana não viaja no tempo; ela vive simultaneamente em dois tempos que não se excluem, mas se dobram um sobre o outro. Seu corpo negro feminino é o lugar onde essa dobra se materializa, onde passado e presente coexistem, onde a separabilidade – entre sujeito e mundo, entre espaço e tempo, entre efeito e causa – perde sua força. O corpo de Dana torna-se campo de operação do que Kant e Hegel chamaram de *Das Ding, A Coisa*, esse excesso que a razão moderna precisou soterrar para organizar o mundo como totalidade inteligível. A ficção especulativa de Butler, portanto, não é alegoria, mas laboratório ontológico: é a própria *poética negra feminista* levando a forma narrativa ao limite para revelar o que a filosofia tentou domesticar.

O *Mundo Implicado*, que emerge dessa leitura, é a contraposição radical ao Mundo Ordenado da modernidade. No Mundo Ordenado, o tempo é linear, o sujeito é centro, o conhecimento opera por separação. No *Mundo Implicado*, tempo e corpo se atravessam; não há anterioridade nem exterioridade; não há sujeito soberano, apenas relações. Essa virada epistemológica transforma também a crítica da economia política: desloca o valor de sua abstração formal – trabalho socialmente necessário, preço, equivalência – para aquilo que o capital sempre dependeu, mas sempre apagou: as vidas e terras racializadas cuja expropriação possibilita a existência do valor. Assim, o que aparece na superfície do sistema – a circulação formal, a igualdade jurídica, o contrato – é apenas a ponta de um processo mais profundo e contínuo, no qual violência e acumulação não se sucedem, mas se implicam. *Kindred* fornece a imagem viva dessa implicação: Dana só vive porque salva Rufus, e salvar Rufus significa preservar a escravidão da qual ela mesma é herdeira. Não há contrato que resolva essa contradição; não há justiça possível nesse regime. A modernidade inteira repousa sobre essa tensão: a liberdade de uns depende da expropriação de outros.

É dessa cena que emerge a figura da “dívida impagável”, central no pensamento de Denise Ferreira da Silva. Dana tenta romper o ciclo ao matar Rufus, mas retorna ao presente mutilada, com o braço fundido à parede. Essa mutilação é o signo ontológico da dívida: não é moral nem econômica – é constitutiva. O mundo moderno só pode existir porque uniu liberdade e escravidão em uma mesma equação, convertendo o corpo escravizado em propriedade e, portanto, em valor. A dívida que liga Dana a Rufus é a dívida que liga o mundo à escravidão: não há pagamento possível, porque o que foi extraído não é restituição mensurável, mas condição de possibilidade do próprio mundo ordenado.

Denise amplia essa leitura ao conectar a escravidão às formas contemporâneas de endividamento racializado. Para ela, na crise dos *subprimes* de 2008, por exemplo, corpos negros e latinos foram transformados em ativos financeiros, suas hipotecas convertidas em

instrumentos de especulação globais. De modo que, o que a ficção dramatiza, a economia realiza: a vida racializada continua sendo matéria de extração, agora não pela captura física, mas pela captura financeira. A dívida não é evento; é estrutura. A racialidade, portanto, não está ao lado do capital, mas no centro da sua constituição. A crise financeira contemporânea é apenas a atualização fractal da plantação.

É a partir desse ponto que Denise Ferreira da Silva confronta não apenas o materialismo histórico, mas também tradições críticas latino-americanas e afro-diaspóricas. Ela reconhece, por exemplo, o trabalho essencial de Aníbal Quijano e Sylvia Wynter, mas também observa que ambos ainda pensam a raça como suplemento – como mecanismo de controle do trabalho ou como categoria ontológica que define o humano, mas não como operação inseparável do valor. Em vez disso, Denise Ferreira da Silva propõe uma leitura em que colonialismo, racialidade e capital formam uma estrutura fractal: cada parte reproduz o todo, cada violência reaparece em diferentes escalas, cada cena contemporânea carrega a cena originária da plantação. Não há antes e depois; há implicação. Não há exterioridade; há coexistência.

A dívida impagável, no sentido formulado pela autora, revela o núcleo ético-político do capitalismo racial. Eticamente, porque impõe aos sujeitos negros e indígenas a responsabilidade por uma violência que sofreram; economicamente, porque transforma essa responsabilização em fonte de lucro. O capital acumula riqueza justamente ao acumular perda sobre esses corpos – o que Denise Ferreira da Silva chama de “acumulação negativa”. Esse aparente paradoxo – produzir valor a partir do sem-valor – é o motor do sistema. No tempo do neoliberalismo global, esse motor aparece sob a forma da precariedade estrutural, do encarceramento em massa, da deportação, das dívidas impagáveis que aprisionam populações inteiras. Em todos esses casos, o que se repete é a mesma operação: transformar perda em ativo; transformar déficit em riqueza; transformar sujeição em valor.

Para Denise Ferreira da Silva, a filosofia moderna, de Hegel a Marx, ajudou a manter essa operação invisível. A dialética hegeliana transforma a violência colonial em estágio da autoconsciência; a crítica marxiana transforma a escravidão em “acumulação primitiva”, como se fosse um momento prévio e já superado. Rosa Luxemburgo, mesmo ao ampliar o escopo do capital, mantém a lógica da sequencialidade: o colonial seria externo à reprodução ampliada, não seu coração. Denise Ferreira da Silva mostra, com isso, que essa separação é o movimento fundamental da modernidade: transformar a violência em passado, a expropriação em origem, a escravidão em dado histórico. De maneira que, a temporalidade sequencial é, para ela, o instrumento que permite à modernidade naturalizar sua própria brutalidade.

Contra essa lógica, Denise Ferreira da Silva convoca nossa atenção ao gesto da *poética negra feminista* que não explica, desmonta; que não interpreta, desestabiliza; que não formula melhores conceitos, desfaz a gramática que exige a forma, o cálculo, a equivalência. Pensar o capital não como sistema econômico, reitera a autora, mas como arquitetura jurídico-política a fim de revelar seus dois modos contínuos: o colonial, que governa pela captura total; e o político, que governa pela exploração parcial. Esses modos não se sucedem

– coexistem. Afinal, segundo ela, o contrato não substitui o cativeiro; apenas o reorganiza. A cidadania não supera a escravidão; apenas a redistribui sob novas formas.

É nesse ponto que *Kindred* reaparece como figuração extrema do pensamento fractal que Denise Ferreira da Silva evoca. Dana, ao perder o braço no retorno ao presente, torna-se literalmente parte da casa – a casa da modernidade, construída sobre o corpo negro. A ferida é ontológica: ela marca a impossibilidade de separar a história da estrutura, o passado do agora, o corpo da parede. A mutilação de Dana expõe aquilo que a racionalidade moderna tentou apagar: o fato de que o corpo escravizado é o próprio chão do mundo moderno. Não há Mundo Ordenado sem essa mutilação primordial – de modo que não há como reparar um dano fundacional sem romper com o próprio horizonte da modernidade que o engendra.

Quando Denise Ferreira da Silva pergunta “qual era, de fato, a dívida de Dana?” (p. 183), não busca uma resposta moral, mas um giro ontológico. A dívida de Dana é a dívida do mundo: o débito impagável que sustenta a liberdade moderna. Pensar essa dívida, de acordo com Denise Ferreira da Silva, exige abandonar a temporalidade da flecha, abandonar o sujeito da autodeterminação, abandonar a forma como princípio do valor. É por isso que autora recorre à física quântica: para revelar que a separabilidade – entre tempos, entre corpos, entre eventos – é apenas um efeito teórico, não uma condição ontológica. No nível do real, tudo é implicação.

A *poética negra feminista* é o nome desse pensamento. Não é metáfora; é método. Ela exige que o pensamento abandone a forma e se abra ao informe, ao indeterminado, ao infinito – ao que Denise chama de *A Coisa*. É essa abertura que permite imaginar um mundo além da dívida, além do valor, além do sujeito. No gesto final, quando Dana grita ao sentir o braço rasgando e sendo incorporado à parede, ouvimos também o grito do pensamento: a recusa de continuar operando dentro das estruturas que o mutilam. O grito rasga a forma e expõe o que a forma tentou conter: a infinitude do *Mundo Implicado*.

Por isso que Denise Ferreira da Silva conclui nos dizendo que estes ensaios são apenas um momento – uma dobra contingente no processo contínuo de desfazer o mundo moderno. Pensar contra a separabilidade não é chegar a um fim, mas permanecer na abertura. É atender à infinitude da *Coisa* e deixar que ela reconfigure as possibilidades do mundo. A *dívida impagável*, assim, não é o peso do passado: é o portal para uma ética que exige, antes de tudo, imaginar o mundo outramente.

IV.

Ao final deste percurso, intuímos que a potência do gesto poético-matemático-filosófico mobilizado por Denise Ferreira da Silva, em *A dívida impagável* (2019) – de sua *práxis radical*, para usar os termos da própria autora – está longe de se reduzir a trazer a matemática para o terreno estético (ao menos não para o terreno estético tal como formulado pelo programa de conhecimento moderno), tampouco a promover uma estetização da linguagem matemática para fins poéticos. O que está em jogo, de forma muito mais profunda e decisiva, é a reconfiguração das próprias condições ontoepistêmicas que permitiram à modernidade imaginar o mundo como forma, cálculo e determinação – e que impedem

que se possa imaginá-lo outramente, bem como que se possa imaginar a diferença sem separabilidade.

Nesse sentido, antes mesmo da equação $1 \text{ (vida)} \div 0 \text{ (negritude)} = \infty - \infty$ ou ∞/∞ , do terceiro ensaio $1 \text{ (VIDA)} \div 0 \text{ (NEGRIDADE)} = \infty - \infty$ ou ∞/∞ : *(Sobre a) Matéria para Além da Equação de Valor*, que busca desfazer a equação ética moderna, há uma formulação anterior – de aparência simples, mas conceitual-empiricamente devastadora – que organiza todo o desdobramento posterior: *corpo negro = valor + excesso*. Essa equação funda, por assim dizer, o problema que Denise Ferreira da Silva nos chama atenção. Ela revela que aquilo que o cálculo moderno define como “valor” só se sustenta porque algo foi produzido como excesso, resto, indeterminação – e que esse excesso, historicamente, foi racializado. Não se trata, para autora, de metáfora: trata-se da operação estrutural da modernidade racial-capitalista.

Ao recolocar esse excesso não apenas no centro do debate, mas no próprio coração do cálculo, Denise Ferreira da Silva expõe uma entre tantas faces do paradigma científico moderno, sobretudo no que concerne aos efeitos nefastos da falácia da neutralidade da linguagem matemática. Pois, para que a modernidade pudesse estabelecer equivalências, medir corpos, ordenar populações e abstrair o mundo em forma, foi preciso transformar a *negritude* em 0 (zero) – um ponto de indeterminação que permite que todo o edifício da determinação funcione. Nesse registro, $1 \div 0$ não é uma alegoria do impossível: é o retorno do excesso ao cálculo, colapsando-o. A operação infinita, em sua indeterminação, faz aparecer aquilo que a racionalidade moderna apagou e permanece insistindo em apagar: *o fato de que o valor depende da violência, e depende dela de modo estrutural, não contingencial*.

É a partir desse ponto que o gesto poético-matemático-filosófica de Denise Ferreira da Silva, ou sua poética negra feminista, adquire força estética e epistemológica, sobretudo para um dossiê dedicado às conexões entre artes e matemática. O que ela propõe não é um uso meramente ilustrativo de conceitos matemáticos, tampouco uma estetização do cálculo; é algo muito mais incisivo e original: evidenciar a matemática, e sua linguagem, como estrutura formal da violência moderna – e torcê-la até que revele seus limites, falhas e impossibilidades. Trata-se de uma operação poético-filosófica que devolve à operação aquilo que ela precisou excluir para constituir-se: a matéria infinita da relação, da indeterminação, do emaranhamento. Em vez de reforçar o formalismo abstrato, seu trabalho desmantela a própria gramática que o sustenta. Intuímos que esta é uma entre tantas possíveis respostas à pergunta que a autora se/nos faz: “O que precisará ser renunciado para conseguirmos libertar a capacidade criativa radical da imaginação e dela obtermos o que for necessário para a tarefa de pensar O Mundo outramente?”.

Nesse sentido, a equação *corpo negro = valor + excesso* funciona como a chave para ler todas as subseqüentes fulgurações poético-matemático-filosófica do livro. Se o corpo negro é simultaneamente aquilo de que o valor necessita e aquilo que o valor não é capaz de absorver, então o cálculo moderno é, desde sempre, um cálculo mutilado – uma operação que só se fecha ao custo de expulsar o infinito. Esse infinito, nomeado por Denise Ferreira da Silva como *Mundo Implicado* ou *Corpus Infinitum*, não é um além metafísico: é a presença incessante do excesso racializado, aquilo que nenhuma forma suporta, aquilo que nenhum sujeito pode representar, aquilo que nenhum conceito pode determinar.

Por isso, as equações de Denise Ferreira da Silva funcionam como agências estéticos e políticos. Elas operam por colapso: levam a matemática moderna ao seu limite, forçam a forma a falhar, fazem o cálculo encontrar aquilo que ele mesmo produziu como impossível. O resultado não é uma nova definição matemática, mas uma abertura ética: quando o cálculo falha, o mundo deixa de ser aquilo que pode ser representado e passa a ser aquilo que emerge como relação – como não-localidade, como implicabilidade, como afetabilidade, como emaranhamento. Trata-se de um trabalho simultaneamente filosófico e artístico, que desloca o pensamento para um regime em que a matemática não é mais instrumento de determinação, mas via de uma práxis radical, de uma mediação sensível para imaginar o real outramente.

É por isso – acreditamos – que o gesto de Denise Ferreira da Silva pode interessar tão profundamente ao campo das artes. Em lugar da estética fundada na autonomia do sujeito e na universalidade do juízo, surge uma estética da implicação, em que o ver não é separar, mas envolver-se. O “excesso” torna-se um contra-dispositivo estético: aquilo que não cabe, aquilo que transborda, aquilo que insiste e resiste a representação. Em um mundo definido pela racialização, criar é precisamente lidar com o que excede a forma – e é por isso que a poética negra feminista, mobilizada por Denise Ferreira da Silva, não diz respeito a uma mera categoria de gênero literário, mas a uma tecnologia de pensamento. Ela pensa com aquilo que o mundo descartou como irrepresentável. Ela pensa desde o zero: não o zero do nada, mas o zero como ferida, como resto, como infinito.

Nesse ponto, torna-se evidente também o ganho específico que esse gesto oferece ao campo da Educação Matemática. Ao tratar a matemática não como linguagem neutra, mas como dispositivo formal – uma verdadeira ontologia disfarçada – que participa da produção de mundo e, portanto, da racialização, da hierarquização e da organização do sensível, Denise Ferreira da Silva abre uma via para compreender o ensino de matemática como prática crítica. Suas equações – que fazem do zero um abismo e do infinito uma matéria – torcem as operações formais e revelam que conceitos como limite, equivalência ou determinabilidade não são neutros, mas modos específicos de imaginar o real. Com isso, convidam docentes e pesquisadores a investigarem não apenas “conteúdos”, mas as próprias formas de pensamento que o cálculo formal pressupõe e naturaliza, abrindo a possibilidade de uma outra matemática, especulativa, ética e política. Assim, a matemática deixa de ser privilegiada por sua abstração e passa a ser interrogada por sua potência inventiva, permitindo imaginar um ensino que articula rigor e imaginação, forma e desmedida, cálculo e mundo. Esse deslocamento convoca a Educação Matemática a pensar também o que excede o formalismo, abrindo espaço para modos de aprender que se aproximam da criação artística, da crítica racial e da imaginação política.

Assim, o percurso deste ensaio nos leva a afirmar que a equação *corpo negro* = *valor* + *excesso* sintetiza, de maneira magistral e assombrosa, o diagnóstico e o projeto de Denise Ferreira da Silva. Diagnóstico, porque revela que a modernidade depende do apagamento do excesso racializado para produzir o valor. Projeto, porque, ao reinscrever esse excesso no cálculo – gesto que se radicaliza na equação $1 \text{ (vida)} \div 0 \text{ (negridade)} = \infty - \infty \text{ ou } \infty/\infty$ – ela instaura outro regime de pensamento, em que o infinito retorna como força ética e ontológica. Desse retorno nasce o *Mundo Implicado*, essa imagem de mundo sem separações, sem exte-

rioridades, sem anterioridades. Um mundo em que cada corpo é ponto intensivo de forças infinitas; um mundo que não se deixa representar porque não se deixa determinar.

Com isso, torna-se possível explicitar como cada equação mobilizada pela autora opera diretamente sobre os pilares ontoepistêmicos que sustentam o Mundo Ordenado, compondo um verdadeiro díptico especulativo. A equação *corpo negro* = valor + excesso afronta de modo incisivo o princípio da *determinabilidade*: ao mostrar que o valor só existe porque o excesso é obliterado – esse resto que escapa a qualquer forma – ela evidencia que o corpo negro só se torna “legível” para a modernidade quando submetido a uma gramática de cálculo que o reduz e o captura. Já a equação $1 \text{ (vida)} \div 0 \text{ (negritude)} = \infty - \infty \text{ ou } \infty/\infty$, ao introduzir a divisão por zero como operação impossível, implode diretamente o princípio da *separabilidade*: se dividir é separar, dividir por zero é tocar o ponto onde nada pode ser separado – onde sujeito e objeto, vida e matéria, eu e mundo se tornam indistintos. Por sua vez, a imagem do tempo implicado – que emerge tanto da equação quanto da leitura de *Kindred* (2004), de Octavia E. Butler – desestabiliza a sequencialidade, desfazendo a linearidade que organiza a história moderna e reinstalando uma temporalidade emaranhada. Assim, as equações de Denise Ferreira da Silva não são metáforas: são instrumentos de desorganização matemática que introduzem a impossibilidade no coração da razão moderna, abrindo espaço para uma atenção à matéria infinita que atravessa tudo.

Ao contribuir para o dossiê Conexões entre Artes e Matemática da Revista REMATEC, este ensaio busca demonstrar que o gesto de Denise Ferreira da Silva, em *A dívida impagável* (2019) não só evidencia essa intersecção, mas a expande. Ele demonstra o que é possível quando ambas abandonam a função disciplinar de produzir formas estáveis e se arriscam no terreno movediço da implicação. E é nesse sentido que as equações são exercícios de *imaginação radical*, capazes de desorganizar o pensamento moderno e abrir espaço para outras imagens de mundo. O que resta, ao final, é a tarefa ética que esse gesto convoca: pensar não a partir da separabilidade, mas da implicação; não a partir da determinação, mas do excesso; não a partir da forma, mas do infinito. Ou, como sugere Denise Ferreira da Silva, *imaginar o mundo outramente*.

REFERÊNCIA

FERREIRA da SILVA, Denise. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política & A Casa do Povo, 2019.

Histórico

Recebido: 15 de agosto de 2025.

Aceito: 26 de novembro de 2025.

Publicado: 31 de dezembro de 2025.

Como citar – ABNT

ALVES, Lindomberto Ferreira; BRITO, Maria dos Remédios de. Desfazendo a equação ética moderna: a radicalidade do gesto poético-matemático-filosófico de Denise Ferreira da Silva. **Revista de Matemática, Ensino e Cultura – REMATEC**, Belém/PA, n. 55, e2025007, 2025. <https://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2025.n55.e2025007.id819>

Como citar – APA

Alves, L. F., & Brito, M. dos R. de. (2025). Desfazendo a equação ética moderna: a radicalidade do gesto poético-matemático-filosófico de Denise Ferreira da Silva. *Revista de Matemática, Ensino e Cultura – REMATEC*, (55), e2025007.
<https://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2025.n55.e2025007.id819>

Número temático organizado por

Iran Abreu Mendes  

Cláudia Regina Flores  